

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.829 - PR (2017/0043471-9)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**RECORRIDO : ADILSON CASTELO BRANCO**  
**RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DOS AGRICULTORES  
PECUARISTAS E PRODUTORES DA TERRA - ANDATERRA**  
**ADVOGADOS : JEFERSON DA ROCHA - SC021560  
RAFAEL PELICIOELLI NUNES E OUTRO(S) - SC025966**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF. RESPONSABILIDADE PELA RESTITUIÇÃO DOS VALORES. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. REVISÃO DE TAL PREMISSE EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUPREMACIA DA COISA JULGADA RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 296):

**TRIBUTÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. PRODUTOR RURAL.**

1. Conforme previsto no § 1º do artigo 15 da Lei 9.424/96, o montante da arrecadação do Salário-Educação será distribuído ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE após a dedução de 1% em favor do - INSS. Em observância da destinação da contribuição, à União cabe a restituição de 1% da arrecadação a título de Salário Educação e ao FNDE cabe a devolução do restante.

2. O consórcio simplificado de produtores rurais não é uma pessoa jurídica resultante da união dos produtores rurais que o compõem, pois esta reunião não implica na perda da individualidade dos consorciados. Eles não partilham entre si o patrimônio ou a atividade econômica, mas apenas se unem para contratar, diretamente, empregados rurais, sendo outorgado a um deles poderes para contratar e gerir a mão-de-obra a ser utilizada em suas propriedades. Portanto, o consórcio simplificado de produtores rurais não está sujeito ao recolhimento da contribuição ao salário-educação.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos para fins de prequestionamento (fls. 320-324).

Em suas razões, o recorrente alega, primeiramente, violação do artigo 489, § 1º,

IV, e 1022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou sobre pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

Quanto ao mérito, aponta ofensa aos arts. 2-B da Lei 9.494/97; 2, *caput*, 3º, *caput*, e 16, § 1º, e 26 da Lei 11.457/07; 15, § 1º, da Lei 9424/1996; e 502, 503, *caput*, e 505 do CPC, sob os seguintes argumentos: a) impossibilidade de expedição de requisitórios antes do trânsito em julgado da ação; b) a responsabilidade pela restituição de valores indevidamente arrecadados sob o signo do salário-educação toca unicamente à União, a qual, por isso, deveria ter sido acionada, pelo exequente, a responder pela integralidade do indébito; c) se a repartição do encargo pelo aresto esgrimido foi pautada pelo critério da “destinação da contribuição”, não poderia o FNDE ter sido responsabilizado pela devolução de 99% do indébito; d) se a sentença exequenda não definiu o quantum da responsabilidade atribuída a cada um dos litisconsortes passivos (FNDE e União), deveria o acórdão recorrido ter-se limitado à distribuição *pro rata* da responsabilidade pela devolução do indébito, e não atribuir, ao FNDE, o encargo pela restituição de 99% do montante recolhido a título de salário-educação.

Sem contrarrazões.

O apelo nobre foi admitido na origem (fl. 795).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC, porquanto o acórdão recorrido, examinou detidamente cada um dos argumentos suscitados, expressou-se, de maneira clara e fundamentada, acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente.

Por seu turno, o recorrente, ao indicar ofensa aos artigos 2-A e 2-B da Lei 9.494/97 e direcionar a sua tese no sentido de que inexistia decisão transitada em julgada nos autos, o que entende impedir a execução do julgado, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual a matéria encontrava-se preclusa. Nesse sentido, transcrevo o seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 721):

Execução definitiva da parcela incontroversa A exigibilidade do título executado já foi apreciada no bojo da Execução de Sentença n.

5009380-35.2014.4.04.7206 (Evento 33), não tendo o FNDE interposto recurso oportunamente.

Portanto, em observância à preclusão temporal, não conheço desta matéria.

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Quanto à responsabilidade pela restituição de valores indevidamente arrecadados, nota-se o Tribunal de origem afirma que o título executivo condenou a União e o FNDE, confira-se (fls. 723-724):

- Excesso de Execução

O FNDE é responsável pela restituição de 99% dos valores arrecadados a título de salário-educação, em cumprimento à sentença proferida na Ação Coletiva n. 5001463- 40.2010.404.7206, conforme reconhecido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento dos Agravos de Instrumento nºs. 5007307-77.2014.404.0000 e 5007303- 40.2014.404.0000. Transcrevo, por oportuno, a ementa de apenas um dos acórdãos, porque idêntico o seu

# Superior Tribunal de Justiça

teor:

[...]

Extrai-se do voto condutor do referido precedente, da lavra da Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère:

'Conforme previsto no § 1º do artigo 15 da Lei 9.424/96, alterado pela Lei 10.832/2003, o montante da arrecadação do Salário-Educação será distribuído ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O referido dispositivo deve ser interpretado em consonância com a reforma promovida em 2007 pela Lei 11.457/2007, reforma que outorgou à União diversas atividades outrora atribuídas ao INSS.

Assim, em observância da destinação da contribuição, à União cabe a restituição de 1% da arrecadação a título de Salário Educação e ao FNDE cabe a devolução do restante.

(...)

In casu, embora a sentença efetivamente tenha condenado a União e o FNDE à restituição, não há qualquer referência à existência de solidariedade entre a União e o FNDE. Se o título executivo condena a União e ao FNDE à restituição, o faz porquanto a cada qual cabe a devolução da porcentagem que lhe foi destinada. A solidariedade não deve ser presumida, pois, conforme consabido, depende da lei, do título executivo, ou da vontade das partes.'

Em face do entendimento acima preconizado, do qual comungo, inexistente excesso de execução, pois é do FNDE a responsabilidade pela restituição dos valores executados, correspondentes a 99% do montante recolhido pelo representado Adilson Castelo Branco a título de salário-educação. A importância remanescente - 1% da contribuição ao salário- educação -, cuja devolução ao contribuinte compete à UNIÃO, não é objeto da execução ora embargada.

Na espécie, verifica-se que a matéria relativa à responsabilidade pela restituição está protegida sob o manto da coisa julgada, sendo inviável sua modificação em sede de Embargos à Execução.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO À EDIÇÃO DA MP 2.225-45/2001 JÁ RECHAÇADA PELA CORTE DE ORIGEM, NO JULGAMENTO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE TAL PREMISSA EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUPREMACIA DA COISA JULGADA JÁ FORMADA. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Entretanto, no caso dos autos, o Tribunal de origem negou o pedido de compensação formulado pela União ao argumento de que tal pedido já fora rechaçado no bojo do processo de conhecimento, configurando, assim, coisa julgada acerca da matéria, impedindo a sua revisão em sede de

# Superior Tribunal de Justiça

Embargos à Execução.

3. Tal orientação encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte que reconhece que a preclusão impede que, no Processo de Execução Judicial, sejam alegadas matérias superadas pela resolução final, razão por que a Lei Processual é clara no sentido de que, no cumprimento da decisão, somente é possível suscitar-se matérias supervenientes à sentença. A matéria decidida no processo de conhecimento está protegida sob o manto da coisa julgada, tornando inviável sua modificação em sede de Embargos à Execução (EDcl no REsp. 1.107.011/PR, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 17.9.2009).

4. Agravo Interno da União a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1491045/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DIFERENÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IMPOSIÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS. BASE DE CÁLCULO DA REPOSIÇÃO. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO ACERVO PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.

1. Não se conhece do apelo extremo quando o exame das teses levantadas pelo recorrente não prescinde do revolvimento fático-probatório. Incidência da Súmula 07/STJ.

2. Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

(AREsp 1171761/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 07/03/2018)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL. FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE EXECUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS INDENIZADAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. REFORMATIO IN PEJUS PELO ACÓRDÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO QUE INCLUIU VALOR EXCLUÍDO PELA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO SÚMULA 283/STF. ALEGAÇÃO REFORMATIO IN PEJUS. PRECLUSÃO.

[...]

8. A preclusão impede que, no processo de execução judicial, sejam alegadas matérias superadas pela resolução final, razão por que a Lei Processual é clara no sentido de que, no cumprimento da decisão, somente é possível suscitar-se matérias supervenientes à sentença. A matéria decidida no processo de conhecimento está protegida sob o manto da coisa julgada, tornando inviável sua modificação em sede de embargos à execução. (REsp 958.410/SC, Rel.

Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2008, DJe 11/09/2008; REsp 1017273/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/10/2008, DJe 17/11/2008).

# *Superior Tribunal de Justiça*

9. Embargos declaratórios recebidos como Agravo Regimental, este desprovido.

(EDcl no REsp 1107011/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 17/09/2009)

Ante o exposto, **conheço, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

